

**O COTIDIANO E A POLÍTICA NO ESPAÇO ESCOLAR:
O RELATÓRIO DE 1911 DO GRUPO ESCOLAR DE MARIANA**

The quotidian and politics at school: the 1911 report of the Mariana elementary school (grupo escolar de mariana)

Rosana Areal de Carvalho*
Livia Carolina Vieira**
Leandro Silva de Paula**

RESUMO

Atendendo às exigências do Regulamento de 1911, José Ignácio de Sousa, diretor do Grupo Escolar de Mariana, enviou um relatório das atividades ali desenvolvidas à Diretoria de Instrução Pública. Com base nas diretrizes da História Cultural e da Nova História Política, este artigo analisa o “*Relatório do Grupo Escolar de Marianna de 1911*” na perspectiva de ampliar a compreensão acerca das relações políticas que entremeavam o cotidiano escolar. Conclui que a escola, assim como outras instituições, para além da sua finalidade principal, funcionava como palco de divulgação de ideais políticos, no caso, republicanos.

Palavras-chave: História da Educação. Grupo Escolar. Instrução Pública. Educação republicana

ABSTRACT

According to 1911 Rules requirements, José Ignácio de Sousa, Grupo Escolar de Mariana's Principal, sent a report about the activities that were being developed in there to the Public Instruction Directory. Based on guidelines from Cultural History and New Political History, this article analyzes the “1911 Grupo Escolar de Mariana Report” at a perspective that enlarges the comprehension about political relations which made part of the school's routine. It also concludes that this school, just as others institutions, beyond its main goal, worked as a stage for political ideals disclosure, in this particular case for republicans ideals.

Keywords: History Education. Elementary school. Public education. Republican education

* Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: rosanareal@ichs.ufop.br

** Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: liviaouro@yahoo.com.br

** Universidade Federal de Ouro Preto. Contato: leandroufop204@yahoo.com.br

“Em obediência ao que dispõe o artigo 73 §19 do decreto 3191”...¹

No campo historiográfico, os trabalhos descritivos e de arrolamento de documentos, produzidos a partir do final do século XIX, respondiam aos pressupostos científicos da época – veracidade, imparcialidade e neutralidade – e tiveram larga aceitação até meados do século XX. A pobreza, a carestia, a destruição, as armas, a violência e todas as transformações econômicas, políticas, sociais e de valores decorrentes das grandes guerras que assolaram a Europa nas primeiras décadas do século XX, movimentaram os historiadores na busca por uma explicação da história menos romântica e mais engajada, questionando as reais possibilidades de uma produção científica imparcial e neutra.

A história da educação, como campo de conhecimento, experimentou um percurso diferente dos demais campos historiográficos. Inicialmente, uma disciplina dos cursos de formação de professores, esteve fortemente atrelada, por vezes até mesmo confundida, com a filosofia da educação. Também merecem registro os reflexos religiosos e vocacionais absorvidos pela área, seja pela impregnação desses valores na filosofia da educação seja pela tradicional postura de vincular o professor, a uma vocação, ou ao caráter de sacrifício, e não a um perfil profissional.

É recente, nas duas últimas décadas do século XX, que podemos verificar uma mudança substancial na produção historiográfica sobre a educação. Para tanto concorreram os pressupostos apontados pela Escola dos Annales, ainda na primeira metade do século, e, na seqüência, as propostas da história cultural. No âmbito dessa transformação historiográfica, surgiram atrativos que despertaram a atenção dos historiadores de ofício para a área – educação – em cuja produção até então predominavam outros pesquisadores, com especial destaque para os pedagogos.

Sustentadas pelos postulados da nova história e da história cultural, as pesquisas em história da educação têm-se ampliado frente ao dilatado conceito de documentos, a vastidão de novos temas e o profundo exercício de compreender a educação como uma prática social, portanto imersa num cenário cultural passível de descrição e análise.

Interessante destacar que temas característicos daquela produção anterior continuam valendo, sendo agora revisitados com outros olhares, como suportes para outras reflexões, denunciadores de distintas realidades. Por exemplo, um tema consagrado e freqüentado continuamente é a legislação escolar, principalmente quando o objetivo é compreender como se deu a aplicação dessa legislação no cenário particular de uma instituição escolar. Para um trabalho mais analítico sobre a legislação, têm colaborado os estudos balizados pela “nova história política”, ampliando as projeções do debate sobre poder, Estado, elite, cidadania etc. Quanto às leis, destaca-se que não se trata de um objeto estático, cuja aplicação se dá de forma homogênea, passiva. Ao contrário, o cumprimento das leis está de acordo com a realidade imediata, formada por visões de mundo, valores morais, projetos políticos, padrões culturais e, quando não, interesses políticos e materiais.

¹ Esse, como os demais subtítulos do artigo é um trecho do Relatório de 1911, objeto de análise deste trabalho.

Como falar de instrução pública sem falar de política? Como falar de escola sem considerar as relações de poder nela existentes?

O título deste trabalho aponta para a amplitude dos estudos da história da educação, amplitude que seria impossível estar contida nos limites de um artigo. Mas é importante, metodologicamente, que esse horizonte esteja traçado, quase infinito, considerando o leque de análises, comparações, intersecções, relações, interpolações e extrapolações etc. que se podem estabelecer tomando como objeto o cenário escolar.

“A presente Reforma da Instrução primária é o cadinho no qual será fundida a futura grandeza de Minas”...

A origem dos grupos escolares no Brasil, inicialmente em São Paulo e paulatinamente espalhados por todo o território nacional, sustenta-se na crença republicana do papel da escola na formação do cidadão, muito especialmente a escola pública e popular. Os grupos escolares significavam a modernização, a possibilidade de uma racionalidade científica expressa na organização do trabalho pedagógico – programas de ensino determinados pelo estado, formação de turmas seriadas, fragmentação do trabalho pedagógico – tudo isso com o fito de garantir um ensino homogêneo, padronizado, uniforme, responsável pela formação do cidadão republicano.

Mais do que uma crença, uma esperança, como bem sintetiza SOUZA (1998, p. 15): “Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação”.

Associado à racionalização do trabalho pedagógico, ainda se destaca a construção de um espaço escolar apropriado e conforme as exigências da pedagogia moderna; a aquisição de mobiliário escolar e do material didático, ressaltando a importância das bibliotecas e dos museus. Considerando que as salas de aula, a biblioteca e o museu escolar eram os espaços íntimos da escola, temos também os espaços da socialização com a comunidade externa: o pátio, o ginásio, o auditório. Nesses palcos se desdobrava a ação de formação do cidadão republicano, já desenvolvida com os alunos nos espaços íntimos da escola, buscando atingir a população diretamente ligada ao grupo escolar: familiares dos alunos, professores e funcionários. Ali ocorriam as festas escolares, as atividades cívicas, a exposição dos trabalhos dos alunos, os exames finais; espaço de culto ao civismo, de culto à República, representada pelo hino nacional, pela bandeira, pelos heróis e demais símbolos e pelo exemplo do cidadão que ia se formando.

Em Minas Gerais, o advento da República trouxe mudanças significativas em vários âmbitos, a começar pela mudança da capital para a recém-construída Belo Horizonte. No quesito educação, novos ventos também sopraram e a sinalização das grandes mudanças veio em 1906 com a Reforma João Pinheiro. Esta reforma tem sua base legal na Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, que autoriza o governo a reformar o ensino primário e normal “de modo que a escola seja um instituto de educação intelectual, moral e física.”²

² MINAS GERAIS. Lei 439, 28 de setembro de 1906, art.1º.

Dentre as modalidades de oferta do ensino primário – gratuito e obrigatório – estava o grupo escolar, cabendo ao governo a elaboração de regulamentação específica e também “os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos de população.”³ Para aplicação desta lei, têm-se dois regulamentos: o Programa de Ensino Primário, aprovado pelo Decreto nº 1947, de 30 de setembro de 1906; e o Regulamento da Instrução primária e normal, aprovado pelo Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, cuidando da organização do ensino primário e normal em todos os seus aspectos.

O modelo grupo escolar sintetizava as demandas de racionalização social, escolar e o espaço privilegiado para a implantação e consolidação da modernidade pedagógica. Simbolizava progresso, mudanças, além de favorecer em alto grau a disciplinarização do trabalho do professor. Opunha-se ao modelo das escolas isoladas, rompendo com o passado imperial de uma educação não sistemática, fragmentada, dispersa e elitista. Inspirado na experiência paulista, a partir de 1906 tem-se uma explosão de autorização de funcionamento dos grupos escolares em todo estado, revelando um grande interesse na expansão escolar, firmando parcerias entre o poder municipal e o poder estadual, fortalecendo os laços políticos entre os grupos republicanos.

O Regulamento de 1906 dispõe amplamente sobre a proposta educacional da qual se faz mensageiro: o ensino em geral e o ensino primário particular; classificação, organização e administração das escolas públicas primárias; quanto ao prédio, mobiliário e material escolar; sobre o corpo docente e seus deveres; matrícula, frequência, suspensão e restabelecimento do ensino; regime escolar, exames, prêmios e férias; escolas normais; inspeção escolar; sobre os aspectos disciplinares relativos aos alunos e professores, incluindo a tabela de vencimentos dos professores.

A inspeção escolar era objeto de muitos cuidados, sendo alvo de boa parte do corpo legislativo:

Art. 26. Compete ao diretor do grupo fiscalizar e disciplinar os alunos, os professores e todos os funcionários que servirem sob sua direção, solicitando do inspetor escolar as providências necessárias, que esse por sua vez pedirá ao governo quando fora de sua alçada.

*Art. 27. As diretorias dos diversos grupos deverão se considerar como elementos da inspeção geral do ensino e, portanto, fontes de informação e de esclarecimentos à disposição do governo.*⁴

Em 1911, por meio do Decreto nº 3191, de 9 de junho, foi publicado o Regulamento da Instrução do governo Bueno Brandão. Dentre as mudanças apresentadas, destaca-se o reconhecimento da escola infantil. O regulamento é bastante extenso e complementa, em muitos aspectos, o Regulamento de 1906.

O grupo escolar atendia a preocupação governamental quanto ao trabalho desenvolvido pelo professor frente aos propósitos assinalados para a educação, reunidos na formação do cidadão brasileiro. O trabalho docente não poderia ocorrer ao gosto do professor, da professora, e sim constituir-se num trabalho planejado e comum a todos

³ Idem, art. 4º.

⁴ Idem, artigos 26 e 27.

os docentes. Para garantir a homogeneidade do trabalho docente, e auxiliar o diretor nos trabalhos de inspeção, surge a figura do inspetor escolar – no âmbito municipal e estadual.

Trabalhando em conjunto – diretor e inspetor escolar, buscavam garantir uma formação comum, reproduzindo a racionalidade e o mesmo padrão de trabalho pedagógico em todos os grupos escolares.

E quem deveria ser o(a) diretor(a) do Grupo Escolar? Nas obras literárias que descrevem o período, primeiras décadas do século XX, o diretor do Grupo Escolar compunha o grupo de poder na esfera do município, juntamente com o delegado, o agente executivo e o padre. A dimensão do poder individual variava em cada local.

Quanto aos critérios para a escolha do diretor, o Regulamento de 1906 é omissivo, aparecendo apenas no Regulamento de 1911:

Art. 69. Os diretores de grupos são funcionários da confiança do governo; serão nomeados livremente pelo Presidente do Estado; tomarão posse e prestarão compromisso perante o Secretário do Interior, e comunicarão o exercício à Secretaria.

Art. 70. Para as nomeações de diretores de grupos serão preferidos:

- a) os professores normalistas das escolas urbanas, mantidas no exercício do cargo as atuais diretoras;*
- b) os cidadãos notáveis por serviços prestados à instrução*

No art.73 do Regulamento de 1911 são listados 23 deveres e atribuições do diretor do grupo escolar, dentre os quais destacamos aqueles relacionados à tarefa de fiscalização:

4. Percorrer durante o dia todas as classes, fiscalizando o ensino e a disciplina e dando as providências que se fizerem necessárias;

*5. Observar, em particular, aos professores, as irregularidades de ensino e disciplina, verificadas nas suas classes ou fora delas;*⁵

Cabia ainda ao diretor impor penas disciplinares; fazer cumprir o programa e o horário; acompanhar a frequência de alunos e professores; “cuidar da higiene e saúde dos alunos”⁶, bem com do asseio, guarda e conservação dos móveis, dos objetos escolares e do prédio. Anualmente deveria remeter ao Secretário do Interior um relatório “sobre o movimento do grupo, mencionando nele todas as ocorrências que se derem durante o ano letivo.”⁷

O relatório elaborado pelo diretor José Ignácio de Sousa, referente às atividades desenvolvidas pelo Grupo Escolar de Mariana, durante o ano de 1911, é o objeto deste trabalho.

⁵ MINAS GERAIS. Regulamento a que se refere o Dec.n. 3.191 de 9 de junho de 1911, Título II, Cap. VIII, Art. 73.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

A tese que nos move é compreender o espaço escolar como um espaço político e, com isso procuraremos demonstrar a partir da pessoa do diretor e das informações prestadas por ele no referido relatório.

**“... o ensino agrupado deixou muito distanciado
o antigo sistema de escolas singulares...”**

O Grupo Escolar de Mariana foi instalado em 8 de agosto de 1909, quando tomaram posse o diretor José Ignácio de Sousa e o corpo docente, constituído por 7 professoras e 1 professor, a partir da reunião das escolas isoladas existentes no centro da cidade. Suas atividades iniciaram-se num prédio alugado, situado ao lado do prédio da Câmara e, alguns anos depois, ocupou um prédio à Rua Dom Viçoso. Em 1931, passou a ocupar o prédio próprio, no qual funciona até hoje.

Nas Atas da Câmara Municipal de Mariana encontramos breves referências ao grupo escolar em 1908, autorizando o Agente Executivo a adquirir um prédio e reformá-lo com verbas de obras públicas e outras do orçamento vigente. Esse prédio seria doado ao governo, para fins escolares.⁸

Os primeiros professores ao tomarem posse o fizeram em 9 de agosto, começando pela “normalista D. Albertina Guedes, removida da cadeira do sexo feminino do districto de Cattas Altas da Noruega, município de Queluz”. Em seguida temos: a normalista Ercília Joannita Ferreira de Mesquita; “a professora D. Francisca de Paula Xavier de Abreu, removida da 2ª cadeira do sexo feminino desta cidade para o referido grupo”; “a professora D. Francisca Dias Bicalho, removida da primeira cadeira do sexo masculino desta cidade para o referido grupo”; “a professora D. Leontina de Godoy, removida da 2ª do sexo masculino desta cidade para o referido grupo”; “o professor José Claudino dos Santos, removido da 4ª cadeira do sexo masculino desta cidade”; a normalista D. Leonidia de Castro Queiroz; “D. Augusta Queiroz de Almeida, removida da primeira cadeira mista desta cidade para o referido grupo.”⁹

Este corpo docente foi responsável pela condução de 8 turmas, duas para cada uma das séries do curso primário, cumprindo com o art 21 do Regulamento de 1906 que determinava “que todo o curso primário seja ministrado a cada sexo separadamente.”¹⁰

A denominação de Grupo Escolar de Mariana permaneceu até 1914, quando passou a ser conhecido por Grupo Escolar Gomes Freire. Em 1931 recebeu o nome de Grupo Escolar Dom Benevides, permanecendo até hoje. Tais mudanças denunciam a atividade das forças políticas locais, refletindo as alterações no cenário nacional impostas, por último, pela Revolução de 1930.

Em 1911 foi criada a Caixa Escolar Gomes Freire, cujos estatutos foram aprovados em 11 de agosto de 1912, “para o fim de estimular a maior freqüência de alunos em

⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. *Livro de Atas*, 1908. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.

⁹ Cf. Livro Termo de Posse, p.1, 2 e 3.

¹⁰ MINAS GERAIS. Regulamento da instrução primária e normal, aprovado Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906.

nosso Grupo escolar...”¹¹. Os recursos da Caixa Escolar vinham de seus sócios, das gratificações não recebidas pelos professores e funcionários da escola, de algumas atividades culturais desenvolvidas na escola tais como teatro, filmes, apresentações diversificadas, quermesses etc. Tais recursos eram gastos com compra de uniformes, auxílio a alunos com remédios, alimentação, dentre outros.

José Inácio de Sousa, primeiro diretor da escola, nasceu em 1º de janeiro de 1876, em Coqueiral, filho legítimo de Joaquim Ignácio de Sousa e de D. Hypolita Carolina de Sousa. Segundo sua neta, Miracy Barbosa de Sousa Gustin¹², tratava-se de uma família judaica que, fugindo da perseguição inquisitorial, teria se instalado no Sul de Minas.

Aos 20 anos de idade, no dia 14 de outubro de 1895, matriculou-se no 1º ano do curso farmacêutico da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Essa escola podia fornecer dois diplomas, o de farmacêutico, aos que cursavam três anos e o de bacharel em ciências naturais e farmacêuticas, aos que cursavam o 4º ano e defendiam tese. José Ignácio não se formou como bacharel e durante o período em que foi aluno do curso de Farmácia obteve resultados razoáveis nas provas práticas, orais e escritas necessárias à sua formação. Concluiu o curso em 1898; passando a exercer a profissão de farmacêutico na cidade de Mariana.

Permaneceu em Mariana, em virtude de dois casamentos com mulheres de famílias locais, até final dos anos 10 do século XX, quando se deslocou para Ituiutaba e, posteriormente, para Uberlândia. Em Ituiutaba e Uberlândia, cidade em que permaneceu até o seu falecimento (1954), não mais exerceu a profissão de farmacêutico, mas sim desenvolvem atividades vinculadas à educação.

Aos 35 anos de idade, em 9 de agosto de 1911 assumiu a diretoria do Grupo Escolar de Mariana, conforme consta no termo de posse.

A indicação de seu nome para a direção da escola abre um leque de reflexões e perguntas se nos basearmos nos critérios estabelecidos pelo Regulamento de 1911. Não sendo um professor de carreira, teríamos a segunda opção – cidadão com destacado serviço prestado à educação. Até o presente momento, a pesquisa ainda não identificou sua atuação nessa área. A única informação de que dispomos – dada por Miracy B. S. Gustin – é de que ele já atuava como professor de Português antes de assumir a direção do grupo escolar. Segundo ela, o gosto pela leitura e as ações indigenistas o acompanharam durante toda vida. José Ignácio teria redigido um dicionário de tupi-guarani e sido membro do Serviço de Proteção Indígena – SPI.

O que sabemos, na verdade, é que José Ignácio desenvolvia uma intensa atividade política: era membro do Partido Republicano Municipal e em 1902 organizou o diretório do partido do distrito de São Domingos, município de Mariana. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Mariana em 15 de setembro de 1905. Em todas essas atividades, a companhia de Gomes Henrique Freire de Andrade se fez constante.

O relacionamento com Gomes Henrique Freire de Andrade iniciou-se na Escola de Farmácia, onde era professor. À época da inauguração da escola, Gomes Henrique

¹¹ Arquivo Público Mineiro, SI 3440.

¹² Entrevistada em 2 de fevereiro de 2007, em sua sala de trabalho no prédio da Faculdade de Direito da UFMG.

era Agente Executivo Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Mariana. José Ignácio fazia parte de um grupo político liderado por Gomes Freire. Em prol dos ideais republicanos, esse grupo atuava em várias frentes, incluindo um jornal – O Germinal, uma agremiação musical – União 15 de Novembro – e o grupo escolar, tese que defendemos neste trabalho.

“Os trabalhos escolares correram regularmente durante o ano ...”

Qual o significado de um relatório de atividades escolares? Quais funções cumpria? A quem se destinava? Já apontamos anteriormente que o relatório anual era um requisito do arcabouço fiscalizador da escola. O diretor deveria elaborar tal relatório dando conta das atividades desenvolvidas na escola durante o ano. É certo que não havia um modelo, um formulário próprio para tal, ensejando um trabalho de criação que poderia ser utilizado pelo diretor como melhor lhe conviesse: instrumento de queixas, reclamações, solicitações, propaganda, denúncias etc. Enfim, o relatório é um documento que revela uma intimidade escolar não encontrada nos demais, é certo que sempre com as devidas ressalvas, afinal, o relatório também era o porta-voz oficial do diretor. Assim, é o relatório de 1911 do Grupo Escolar de Mariana: um documento precioso pelas informações que contém e pelas inferências que possibilita.

O relatório consta de 7 páginas manuscritas, encaminhado a Delfim Moreira da Costa Ribeiro, então Secretário de Estado dos Negócios do Interior; encerrado em 28 de dezembro de 1911, com a assinatura do diretor – José Ignácio de Sousa e a assinatura do inspetor escolar Francisco Leocádio Araújo, em 29 de dezembro de 1911. Foi enviado à Divisão de Instrução Pública, onde foi recebido em 3 de janeiro de 1912. O relatório se inicia com uma pequena introdução seguida dos seguintes subtítulos: “Dos trabalhos”; “Dos professores”; “Alunos”; “Exames e promoções”; “Matrícula e frequência”; “Quadro sinóptico do movimento do grupo”; “Festas escolares”; “Material didático e escolar”; “Prédio”; “Campo prático”; “Entrega de certificados”; “Caixa escolar”.

O texto se inicia com a referência à legislação em vigor à qual estava sendo obedecida, tecendo elogios à mesma no que concerne ao

“[...] fim altamente patriótico e humanitário de criar cidadãos dignos, não só pela obrigatoriedade do ensino fazendo desaparecer o analfabetismo, cujo grande fator tem sido, em que, para explorar o serviço dos filhos, os privam da escola, como também, pela efetiva fiscalização das escolas particulares, onde, com raras exceções, a criança se atrofia por falta de higiene e o seu caráter se abastarda com os castigos corporais.”¹³

Afirma que a reforma da instrução primária proposta pela legislação de 1911 será capaz de preparar a geração atual para enfrentar a imensa luta da vida moderna, fazendo referência ao livro de Theodore Roosevelt¹⁴, *Vida intensa*.

¹³ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911, p.1.

¹⁴ Presidente norte-americano que visitou o Brasil numa expedição organizada pelo Marechal Rondon, em 1914.

Outro trecho do relatório sugere a influência de sua formação no campo das ciências naturais, lançando mão de imagens próprias desse campo como a “seleção natural entre os mais competentes” e o cadinho – Reforma da Instrução primária – “no qual será fundida a futura grandeza de Minas”.

Quanto aos trabalhos afeitos ao grupo escolar, elogia esse modelo demonstrando que os resultados obtidos eram superiores aos das escolas singulares, comprovando o acerto da medida tomada pelo governo republicano.

Sobre os docentes, já na introdução, o diretor adianta sua concepção: “sublime missão de ensinar e praticar o bem, fazendo do magistério sacerdócio de trabalho, carinho e tolerância, amor e justiça”. Percebe-se que José Ignácio concebe o trabalho docente muito mais na perspectiva da manifestação de uma vocação do que o desempenho de uma profissão. Acrescente-se a isso a valorização da conduta para além da competência profissional, em nada destoando da legislação vigente e das práticas ainda do século XIX relativas à conduta moral do professor, vendo nesse muito mais do que um agente da instrução, um exemplo a ser seguido. Citando a legislação, MOURÃO (1962, p. 190) destaca que o professor deveria ser “exemplo vivo de altivez, independência, coragem, amor ao trabalho, prudência, ordem, sobriedade, temperança, economia, decoro, dignidade, moralidade, civismo, abnegação, verdade, humanidade e justiça.”

Consoante a tudo isso, José Ignácio elogia as professoras que cumpriram as normas emanadas pela diretoria; com destaque para aquelas que cumpriam otimamente seus deveres. Em contrapartida denuncia as professoras que não souberam conduzir seus trabalhos conforme o esperado:

A professora D. Leonydia de Castro Queiroz, consentiu que sua classe se mantivesse, durante o ano em permanente algazarra e qualquer ordem ou observação da diretoria ou mesmo do Inspetor era, por ela, discutida, dentro e fora do estabelecimento, em termos grosseiros como sucedeu no dia 30 de novembro em que o Sr. Inspetor determinou houvesse encerramento das aulas embora quinta-feira.

A professora Albertina Guedes teve igual procedimento de sua colega Leonydia e é além de tudo muito violenta e descortês para com os colegas, diretor e alunos, aos quais trata com pouco carinho antipatizando-se, de vez em quando com determinado aluno a ponto de ser necessário a intervenção da diretoria. E nos dias dos exames manteve-se inconvenientemente irritada, sendo a causa de seu procedimento o fato de ter sido, no 4º. ano, aprovada simplesmente uma sua protegida. Lamento que essas duas professoras procedam assim ultimamente, porque são competentes e inteligentes nas quais depositei muita esperança.¹⁵

Coincidentemente, elogia os alunos, exceto os do 3º e 4º anos, dirigidos pelas professoras supra referidas. Cita inclusive o nome dos alunos, além das penalidades impostas aos mesmos pelos artigos regulamentares.

O “Quadro sinóptico do movimento do grupo” reúne informações sobre matrícula, frequência e promoções, indicando as turmas e seus regentes. O corpo discente, formado

¹⁵ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911.

por 352 matrículas em janeiro, finalizou o ano com uma frequência de 239 alunos. Ainda que a frequência tenha sido prejudicada, na avaliação do diretor, por conta do “sarampo e coqueluche, principalmente nos primeiros anos”, nada podemos afirmar sobre evasão escolar ao longo das séries, pois ainda não havia se formado a primeira turma, ou seja, alunos que ingressaram no 1º ano em 1909.

Por outro lado, é possível perceber a crescente demanda por matrículas ao verificarmos a composição das turmas de 1ª série, com um quantitativo de alunos que justificariam duas turmas. Por conta disso, o horário de funcionamento do grupo escolar estabelecido no Regulamento de 1906 – das 10h às 14h – em pouco tempo se mostra insuficiente, passando o grupo a oferecer aulas em dois turnos de modo a atender a procura.

Pelo Quadro Sinóptico, comprova-se a existência de duas turmas para cada série, atendendo ao prescrito pela legislação que determina que no grupo escolar o curso primário seja ministrado a cada sexo separadamente.¹⁶ Ainda no tocante à questão de gênero, destaca-se a predominância feminina no corpo docente.

As festas escolares ocorriam com certa frequência, mas o diretor lamenta a falta de recursos necessários, muito especialmente para a organização de uma orquestra e solicita o envio de um piano. Temos indícios de que esse pedido foi atendido: partituras musicais encontradas no acervo e relatos de ex-alunos e professores. Outra sugestão do diretor era que o Estado se comprometesse com o envio de instrumentos para a formação de uma banda que seria mantida sem maiores ônus.

Consta do relatório uma lista de material didático e escolar que foram gastos durante o ano de 1911: cartilhas, livros de leitura, lousas, papel, lápis etc. Comenta o diretor que a maior parte dos livros – mais de 150 exemplares – já vieram estragados das escolas singulares.

Ainda no relatório, encontra-se um item denominado “Campo prático”:

“Seria de grande vantagem a criação de um campo prático de agricultura, anexo ao grupo, que viria ensinar os meninos a amar a terra, as arvores e o trabalho, rompendo, deste modo, com preconceitos mal entendidos de muitos, para os quais o trabalho é humilhante.”¹⁷

Com base nos termos utilizados pelo diretor para defender a criação de um campo prático para a agricultura, observamos uma valorização do trabalho, rompendo a concepção que vincula trabalho à escravidão.

De acordo com o relatório, a entrega de certificados se dava numa pomposa cerimônia, cujo objetivo era demonstrar à sociedade de Mariana os resultados, os trabalhos e a importância das atividades desenvolvidas pelo grupo, ou seja, buscava consolidar o espaço da educação como prática social. E como prática social denota o espaço da política. Quem era o paraninfo? Nada menos que o médico, professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto, Presidente da Câmara e Agente Executivo Gomes Henrique Freire de Andrade.

¹⁶ MINAS GERAIS. Regulamento 1906, Título I, Cap. III, Art. 21.

¹⁷ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911.

Esse personagem, considerado patrono do grupo, que viria a se chamar Grupo Escolar Gomes Freire, entre 1914 e 1931, foi também homenageado com seu nome vinculado à caixa escolar. Além de obedecer ao Regulamento de 1911, que instituía a caixa escolar, no Grupo Escolar de Mariana esta foi criada num momento cívico – festa da bandeira. Outra obediência regulamentar!¹⁸

Da vida política ao cotidiano escolar ou do cotidiano escolar à vida política?

QUADRO SINÓPTICO DO MOVIMENTO DO GRUPO

Nomes dos professores	Classe de ano	Matrícula de janeiro	Matrícula suplementar	Matrícula atual	Frequência do 2º semestre	Promoções	Exames finais	Alunos eliminados	Observação
Leonydia de C. Queiroz	4ª	20	0	16	16		14	4	A frequência foi prejudicada com o sarampo e coqueluche, principalmente nos primeiros anos, ainda assim foi superior ao que exige o regulamento.
Leontina Godoy	4ª	20	0	19	19		19	1	
Albertina Guedes	3ª	37	1	27	24	15		11	
Ercilia Mesquita	3ª	25	0	16	16	9		9	
José Pedro Claudino	2ª	52	3	40	30	17		15	
Augusta Almeida	2ª	46	1	39	38	25		8	
Francisca H. de Abreu	1ª	84	5	60	44	18		29	
Francisca D. Bicalho	1ª	68	8	63	52	24		13	
		352	18	280	239	108	32	90	

Fonte: Arquivo Público Mineiro, SI 3407.

“... fiz, solenemente, a entrega de certificados aos meninos que terminaram o curso primário ...”

José Ignácio se projetava como companheiro de partido de Gomes Freire. Tendo sido indicado por este, foi confirmado como diretor pelo Presidente do Estado – Venceslau Brás, que havia sucedido João Pinheiro, após a morte deste. Gomes Freire era amigo¹⁹ de João Pinheiro, que iniciou sua carreira política fundando o Partido Republicano de Ouro Preto.²⁰

Decorrente desta trajetória é passível de dedução que sua indicação para direção do Grupo Escolar de Mariana cumpria o objetivo de afirmar a posição republicana no palco educacional, sendo defensor dos novos métodos de ensino e cumprindo à risca com as determinações legais que lhe competiam como diretor.

¹⁸ Conforme Mourão, 1962, p. 190.

¹⁹ Informação dada em entrevista com Sylvestre Freire de Andrade, neto de Gomes Henrique Freire de Andrade, em 29 de janeiro de 2007, em sua residência.

²⁰ Cf. <http://www.fjp.gov.br/faq.php#1> <Acesso em 28 de fevereiro de 2008, às 16:03h.>

Com base nas informações que temos recolhido sobre José Ignácio de Sousa, ousamos afirmar que o Relatório de 1911 foi escrito por ele – ainda que não seja sua letra, considerando a assinatura constante no mesmo e nos demais documentos escolares.

O relatório descreve muitas cenas do cotidiano escolar como também as concepções educacionais que nortearam a conduta de José Ignácio como diretor. É importante ter em vista que o relatório escolar funcionava como uma vitrine da escola junto à Direção de Instrução Pública, e conhecendo as atividades políticas de José Ignácio nos atrevemos a afirmar que esse relatório tem uma finalidade política, se nos detivermos em alguns pontos específicos do mesmo.

A importância dada à educação na construção de “cidadãos dignos”, bem como a valorização da escola pública em detrimento das iniciativas particulares, conferindo ao Estado a responsabilidade com a educação é uma posição nitidamente republicana. Além disso, ressalta aspectos disciplinares e as vantagens do grupo escolar frente às escolas isoladas. Por outro lado, confere à ação docente um quê de missão, relacionando magistério com vocação, em conformidade com o conceito que gozava o professor nessa época.

Somado à presença republicana na pessoa do diretor, a participação significativa do expoente político da época, Gomes Freire, no cenário educacional, dava o tom da política no cotidiano escolar. A posição política republicana norteava os olhares, a avaliação, a perspectiva e a expectativa do papel que o grupo escolar deveria desempenhar na vida dos alunos e da comunidade marianense. A partir dessa posição, o diretor também avaliava o trabalho dos agentes escolares, muito especialmente os professores.

José Ignácio não se intimida em revelar o nome das professoras que, a seu critério, não corresponderam com o trabalho a ser desenvolvido. Ocorreu-nos uma suspeita: correspondia a algum desentendimento político? Quem eram essas professoras no cenário da cidade?

De forma sintética, podemos concluir que ao longo do século XIX e culminando com o advento da república, a escola e a educação foram apropriadas pelo Estado em detrimento da esfera doméstica e da influência religiosa. Isto significa a implantação da escola como uma instituição com espaço e tempo específico, na qual se cumpre um determinado programa, com normas disciplinares bem delineadas, visando à formação de um cidadão segundo princípios republicanos.

O modelo grupo escolar e as práticas educativas a ele vinculadas resultam de inúmeras propostas e pensamentos já difundidos ao longo do século XIX. Não se trata de uma escola qualquer, mas uma escola de qualidade, símbolo de liberdade, ao mesmo tempo em que dissemina, difunde e impõe um padrão de instrução, de educação. Para cumprir essas metas, a escola demandava organização, disciplinarização, programa, regulamentos e indivíduos que, assimilando tudo isso em ideais pessoais, se dispusessem a praticar e lutar por eles com a mesma energia que defenderiam a própria vida. José Ignácio de Sousa era um desses personagens.

Sendo escolhido como diretor, a ele cumpria uma missão, quiçá educacional, mas fundamentalmente política: colaborar com a formação do cidadão republicano. O Relatório de 1911, aqui tratado, dava notícia do cumprimento da sua missão política.

A nossa missão ainda continua: para além da influência republicana, que outros valores conformavam a psicologia de José Ignácio de Sousa? Por que saiu de Mariana e foi se fixar na região do atual Triângulo Mineiro – Ituiutaba primeiro, Uberlândia depois? Seria simpatizante do positivismo? Dentre outras perguntas, estas estão a nortear nossa pesquisa presente e futura.

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Correspondências referentes aos grupos escolares*, SI 3440, 1913.
- ARQUIVO DA ESCOLA DE FARMÁCIA/Ufop.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. *Livro de Atas*, 1908. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana.
- DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos do Sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. 3.ed. rev. Ouro Preto: UFOP/Escola de Farmácia, 1989.
- FALCON, Francisco. Por uma História Política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- GRUPO ESCOLAR DE MARIANA. *Livro Termos de Posse*, 1909 a 1964. Arquivo da Escola Estadual Dom Benevides.
- O GERMINAL. Várias edições.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: GOFF, Jacques Le; NORA, Pierre (Coord.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.180-196.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- RÉMOND René. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SOUSA, José Ignácio de. *Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911*. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Secretaria do Interior, subsérie 2, Correspondências referentes aos Grupos Escolares, SI 3407.
- SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In: VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nívia de Lima (Org.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.13-49.

Recebido em março de 2008

Aprovado em junho de 2008